**OS CUIDADOS E A LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA: SABERES POPULARES E DISCURSO MÉDICO**

Vanessa Santos Vicente

vanessavicentte@gmail.com

Ismael Gonçalves Alves

iga@unesc.net

Bianca Wollenschllager Teixeira, Unesc

biancateixeira199718@gmail.com

**Resumo**: A pesquisa tem como objetivo a análise da Legião Brasileira de Assistência (LBA), fundada em 1942 com a função de zelar pela família de soldados enviados para a Segunda Guerra Mundial. Entretanto, após o conflito bélico, a entidade transformou-se numa das maiores instituições assistenciais do país, diversificando sua atuação em distintas áreas da assistência social. Direcionando seu olhar às famílias mais pobres, utilizando-se do trabalho de mulheres de classe média alta para atingir o núcleo familiar proletário. Implicitamente essa intuição foi palco de relações de gênero complexas as quais refletiram diretamente no papel desempenhado pelas mulheres as quais foram incumbidas de cuidar, posto que este seria supostamente um aspecto natural do ser feminino. Analisando essas relações sob uma perspectiva de gênero percebemos que os papéis e trabalhos desempenhados por essas voluntárias não são fruto de sua "essência" feminina e sim de construções sociais que as fixaram no papel de mãe e as permitiram o adentrar a esfera pública. Assim, ocupando novos espaços e levando ideais burgueses de família e maternidade para as famílias proletárias.

**Palavras-chave**: Assistência social. LBA. Maternidade. Puericultura. Gênero

No decorrer do governo Vargas, especificamente durante o Estado Novo, emergiu uma instituição assistencial nunca antes experimentada pela sociedade brasileira, posto que unia recursos públicos, cooperativismo e voluntariado. Ao unir esses três recursos a classe média alta foi incubida de mobilizar e gerir essas instituições, no entanto as mulheres coube o trabalho voluntário. Usando do argumento de que as mulheres de classe média alta possuíam larga experiência com obras filantrópicas e tinham um suposto instinto maternal. Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial e com a participação do Brasil, enviando soldados.

 O governo Varguista passou a pensar e então articular um sistema de assistência às famílias que ficaram sem seu principal provedor financeiro. Portanto, a LBA visou em um primeiro momento tutelar as famílias de soldados que ficaram desamparadas, uma vez que supostamente as mulheres sozinhas não poderiam gerir a infância brasileira.

As amarras que permeiam as relações de gênero agem nos mais diversos segmentos sociais, deste modo a LBA sofre forte influência, posto que coube às mulheres exercerem o papel de cuidadoras dessas famílias e consequentemente da pátria. Ancoradas em um ideal de feminilidade, as mulheres seriam as únicas aptas a cuidar dos enfermos, organizar doações e principalmente orientar as mulheres pobres para uma maternidade científica. As campanhas da Legião Brasileira de Assistência tiveram como alvo a maternidade e a infância, desta forma as legionárias propagaram fortes discursos médicos e moralizantes.

Ao final da Segunda Guerra Mundial os discursos médicos difundiram-se com o objetivo de combater a mortalidade infantil, regrando a maternidade a partir de um enfoque científico. A Legião Brasileira de Assistência organizou campanhas e fundou postos com base no discurso puericultor, no entanto a conceitualização da puericultura passa por questões conflituosas e bastante intrincadas, já que muitos escritos partiram de médicos que negavam a influência do contexto histórico e compreendiam a puericultura como uma ciência neutra a qual objetivava apenas a saúde das crianças. Bem como uma história dos grandes heróis e dos grandes feitos, foi a história da puericultura, contudo agora os heróis eram médicos e os grandes feitos residiam na legitimação do saber médico e o combate ao senso comum. Logo, qualquer intencionalidade e o caráter político foram esvaziados da puericultura e sua influência passou a ser objetiva e prática devido ao cunho neutro e apolítico da ciência médica. (BONILHA, 2004, p. 15).

A partir dessa construção histórica o discurso puericultor passou a ser único e legítimo, desacreditando assim os saberes populares, colocando as mães como únicas responsáveis pelo desenvolvimento infantil e também pelo desenvolvimento da nação. Com propostas higienistas, os postos de puericultura e os discursos médicos nos boletins da LBA objetivaram a criação de uma classe trabalhadora saudável e cordial.

A Legião Brasileira de Assistência surgiu em um contexto bastante conflituoso, já que é a partir da inserção do país na Segunda Grande Guerra, em 1942, que a instituição assistencial se consolida. Segundo Barbosa (2017), anteriormente a prática de caridade estava presente nos setores privados como pequenas iniciativas filantrópicas que não se caracterizavam como uma grande campanha assistencial. O histórico da iniciativa privada nas ações de caridade explicam o protagonismo da classe média alta na LBA e sua participação nos debates fundadores do programa.

Para Barbosa:

O envolvimento das mulheres com a caridade dava-se por meio de campanhas, arrecadação e distribuição de donativos, bem como de doações em dinheiro a instituições de caridade. Esse sistema organizado de caridade permitia que as mulheres transitassem por outros espaços além do espaço doméstico, tornando possível a organização de associações de mulheres e o seu envolvimento, inclusive, no cenário político, atuando como intermediadoras entre os políticos e as instituições de caridade, a fim de angariar apoio e recursos. (Barbosa, 2017, p. 34).

 A experiência nessas pequenas campanhas permitiu que esse grupo de mulheres adentrassem espaços fora do ambiente doméstico e por consequência colaborou para as reivindicações na esfera pública.

Para efetivação dos discursos, a Legião Brasileira de Assistência evoca a imagem da primeira dama, Darcy Vargas, exaltada como a mãe da nação e mulher ideal. Assim, os boletins da instituição constroem uma maternidade ideal que deve moldar-se na benevolência e caridade da primeira dama do país. Segundo Silva:

O mito Darcy Vargas é construído desde as edições de 1945. Seu espírito abnegado, sua pronta doação aos mais necessitados e, especialmente, seu distanciamento da cena pública, mesmo quando projetada a ela. O papel de “mãe da nação” ficou mais evidenciado a partir de 2 de fevereiro de 1943, quando morreu Getúlio Vargas Filho, o “Getúlinho”, filho caçula do casal Vargas.

Os boletins circulavam em boa parte dos municípios do país por meio das sedes instauradas nas cidades que contavam com alguns setores de atendimento os quais visavam atingir a maior parte das famílias brasileiras. Deste modo, a união entre público e privado não foi só em nível nacional, mas possibilitou a chegada desses discursos e ações de maneira singular em cada município do Brasil.

Para a efetivação das políticas de saúde, a medicina precisou sair dos consultórios médicos para alcançar o seio familiar, já que a família passou a ser uma instituição fulcral para o estado. Que pretendia formar indivíduos aptos para o trabalho garantindo uma nação promissora. Portanto, a Legião Brasileira de Assistência objetivou aproximar o estado das famílias proletárias as quais passariam pela regulação de saúde, maternidade e moralidade. Elevando o discurso médico como o único saber legítimo em disputa com os saberes populares e locais de cada região.

Firmando-se em uma base científica o estado passou por profundos processos de modernização, os quais segundo Freire (2008) chegaram no Brasil de maneira singular devido a fatores sociais e econômicos. O pensamento intelectual buscou incorporar o novo e deixar os resquícios de um passado de atraso e realocando a infância como o único caminho para a viabilidade da nação.

Negando as intencionalidades e discursos eugenistas a puericultura conceitua-se como a medicina que atenderia as mães e filhos na fase de puerpério. Segundo Bonilha e Rivoredo (2005) esse conjunto de técnicas objetivava assegurar a saúde física e mental infantil, até por volta dos 4 e 5 anos. A impossibilidade da neutralidade científica faz com que muitas reflexões acerca das intencionalidades sejam evocadas, uma vez que o objetivo da diminuição da mortalidade infantil motivou discursos e ações sob determinados grupos sociais. Cabe ressaltar que ao fim da Segunda Guerra Mundial as ações da LBA tiveram enfoque nas questões sobre a mortalidade infantil e a puericultura cumpriu papel decisivo. (SILVA,2016)

A batalha contra a mortalidade infantil começa primeiramente com a educação das mães sob o prisma médico. Essa situação é bastante evidente nos boletins da Legião Brasileira de assistência:

A luta se dá contra a ignorância, como destacou Boletim em seu texto “Aspecto educativo da proteção á maternidade e á infância” na edição de Janeiro de 1951. A educação das jovens e das mães em geral foi o grande mote de atuação da LBA no ano de 1951 – continuaria a ser por toda a década de 1950 –, o que se deu, sobremaneira, por meio da realização de cursos de puericultura. Esses cursos eram realizados tanto em igrejas, centros comunitários ou nos postos de puericultura e maternidades que a LBA almejava instalar por todo o Brasil. (Silva, 2016, p. 9).

A recente preocupação com a infância e consequentemente com a maternidade aparece em alguns autores como Rousseau, Madame d’Épinay e Pestalozzi que chamavam a atenção para a especificidade e as necessidades da infância, denunciando práticas e métodos educativos inadequados para a compreensão das crianças e para o seu desenvolvimento físico, moral e intelectual.”(Martins, 2008, p.138). Essas percepções já colocavam as mulheres como as únicas responsáveis pela criação e futuro das crianças e buscavam normatizar a maternidade e subalternizar os conhecimentos populares acerca da infância e maternagem. Assim, as campanhas da Legião Brasileira de Assistência focaram nas crianças e principalmente na figura da mãe, a qual passou a ter papel determinante, já que além de filhos estavam gerindo o futuro da nação.

Os saberes populares que faziam parte do cotidiano de mães e filhos passaram a ser um risco à vida, agora somente a lógica médica burguesa era legítima e segura. No entanto, como as mulheres subjetivaram a cientificização da maternidade é singular e locus de resistência. A figura de uma mãe ideal se aproximava cada vez mais do papel de uma aluna aplicada que seguia as cartilhas médicas e deixava as crenças e saberes geracionais longe do cotidiano. Assim a culpa por qualquer doença ou disfunção recaiu sobre as mulheres, já que na visão médica os saberes populares eram sinônimos de ignorância e teimosia e causadores de diversas doenças. (MARTINS, 2005)

Há uma dualidade paradoxal, já que as mulheres foram fixadas no papel de mãe. No entanto foram aproximadas do mundo científico e adentraram uma lógica de racionalidade que até então era masculina, o que Freire chamou de maternidade científica:

A ideologia da maternidade científica significou para as mulheres um reforço à sua condição de mãe, transformando a maternidade em profissão feminina, objeto de formação técnica específica. Como a prática da maternidade nesses novos moldes exigia inserção no universo científico, esse aspecto a aproximava do mundo masculino racional, deslocando-a da esfera estritamente doméstica e lhe conferindo novo status.( Freire, 2008, p. 50).

Alguns médicos foram expoentes na divulgação das normatizações médicas, bem como o médico Arthur Moncorvo Filho. Que teve influência em diversas instituições, públicas e privadas, colocando a infância pobre como principal problema social, que na falta de mães responsáveis precisavam do auxílio do estado por meio de orientações médicas. Deste modo, seus discursos marcaram a ruptura entre os saberes populares e médicos, demonizando o primeiro e legitimando o segundo.(WADSWORTH, 1999).

Os boletins médicos e cartilhas desempenharam um papel central nas campanhas médicas, em especial na Legião Brasileira de Assistência. Os quais tiveram funções diferentes no decorrer dos anos, posto que durante a guerra o objetivo era mediar a comunicação entre as famílias e os soldados e ao final do conflito a mortalidade infantil passou a ser o principal tema. Deste modo, os boletins carregavam em seu conteúdo um forte discurso médico que confrontava os saberes populares. (SILVA,2006) Com o intuito de ensinar as mães a cuidarem de seus filhos os boletins médicos ficaram conhecidos como propagadores de uma pedagogia materna, que objetivava:

Iniciava-se, portanto, a partir das primeiras décadas do século XX, a pedagogia materna, a princípio conduzida pelos médicos e, posteriormente, pelas escolas, ensinando noções básicas de higiene infantil e divulgando informações sobre as doenças infantis e primeiros socorros. Mas a lição mais importante deste processo pedagógico era estabelecer as competências e as responsabilidades: aos médicos cabia o papel de mestre, enquanto às mães cabia a responsabilidade de seguir os conselhos de seus mestres, sem tergiversações, a fim de assumir de maneira consciente e bem informada a mais importante responsabilidade que lhes cabia: saber ser mãe. (Martins, 2005, p. 141).

Se os boletins ficavam com o encargo de propagar os discursos puericultores os postos de puericultura eram responsáveis por todas as ações práticas no acompanhamento materno infantil. Evidenciando a impossibilidade da imparcialidade dos postos de puericultura o jornal A Cruz (1952) discorre acerca do posto de puericultura no município de Itaporanga em que é descrito como “[...] benfazeja obra assistencial, a fim de que vitoriosa possa sempre ser sua cruzada humanitária e cristã, no seio da sociedade itaporanguense.” Deste modo a moralidade cristã perpassou as ações assistenciais e os ideais de moralidade presentes nos discursos puericultores.

Apesar da mortalidade infantil ter sido o principal foco da Legião Brasileira de Assistência essa preocupação não se vinculava apenas com a morte de milhões de crianças, mas sim com o que a infância passou a representar para o estado brasileiro. Durante o Governo Vargas recaiu sobre a classe trabalhadora a responsabilização pelo fracasso nacional e portanto as ações assistenciais visaram corrigir e normalizar essas famílias por meio da maternidade.

As políticas assistenciais que tangenciaram a maternidade e a infância não surgiram apenas por uma demanda estatal e sim por múltiplos interesses tanto do Estado quanto de movimentos feministas, especificamente o movimento maternalista. Que representam um conceito fluído e extremamente criticado pelo próprio movimento feminista. Visto que, “partiam em grande medida do pressuposto de que as mães, por sua natureza, estavam mais habilitadas a identificarem as desigualdades existentes entre homens e mulheres.” (Alves, 2014, p. 62).

Ainda segundo o autor:

De acordo com esta perspectiva, as mulheres atuaram na esfera política com base na sua “diferença”, alegando que a experiência com a maternidade dava capacidades únicas e inestimáveis para arquitetar políticas de Estado que salvaguardassem as mães e crianças. Desta forma, o emprego do conceito de maternalismo nas investigações sobre o Bem-Estar nos possibilita mapear os pressupostos culturais, ideológicos e discursivos que sustentam a divisão sexual do trabalho, bem como as dinâmicas familiares, as estruturas burocráticas e as políticas governamentais de assistência que ancoram os programas de Bem-Estar desenvolvidos no Ocidente industrializado.(Alves, 2014, p. 63).

Ainda que ancorado em bases essencialistas e biologizantes, é inegável as contribuições do movimento maternalista para as políticas de assistência social e a participação feminina nas esferas públicas de diversos países, inclusive no Brasil. Evidências podem ser encontradas nos jornais da época, revistas femininas e nos próprios discursos presentes na Legião Brasileira de Assistência. Os quais elevaram a maternidade a dever patriótico e a infância ao futuro da nação, colocando as mães como responsáveis pelo progresso.No entanto, ainda precisavam da lógica científica masculina para se tornarem mães ideais e consequentemente gerarem o cidadão ideal para o país.

O Governo Vargas em todas as suas ações no ramo assistencial visou a criação de mão de obra para a indústria, em desenvolvimento no país, para isso usufruiu de meios para chegar ao núcleo familiar que correspondia a um setor privado e fora do alcance público, mas que gerava impactos ao Estado. Entre discursos de caridade e bondade se acobertava a intenção de normatizar as famílias proletárias a fim de gerar mão de obra cordial, sem encabeçar greves e reivindicações trabalhistas. As intencionalidades são múltiplas e para alcançar uma massa de mão de obra se difundiu normas burguesas as quais tornaram o modo de vida proletariado inadequado e perigoso, normatizando e moralizando as famílias que não se enquadravam nessa conjuntura.

A maternidade é alvo de diversas elaborações que partem dos movimentos feministas e do estado, seja como um dever patriotico ou uma suposta essência feminina. Dado que as políticas públicas voltadas à infância e à maternidade não escapam dessas elaborações e se introduzem em relações complexas e paradoxais. A exemplo podemos analisar o ingresso de mulheres no setor público por meio da assistência e a ocupação de espaços antes impensados para mulheres. Ainda assim as ações da Legião Brasileira de Assistência juntamente com os postos de puericultura desempenharam um papel fundamental no governo varguista agindo como um braço estatal e adentrando o seio familiar e por fim elevando a infância ao futuro da nação. Sob fortes amarras de gênero a instituição e os discursos puericultores responsabilizaram as mães pelo progresso da nação e buscaram retirar das mesmas seus conhecimentos os demonizando e consequentemente os deslegitimando.

***Referências***

BONILHA, Luís Roberto de Castro Martins. **Puericultura:** Olhares e discursos no tempo. 2004. 93 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pediatria, Saúde da Criança e do Adolescente, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

SILVA, B. S. M. . **A puericultura entre ciência e educação:** uma análise dos Boletins da Legião Brasileira de Assistência. 2016. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

FREIRE, Maria Martha de Luna. **‘Ser mãe é uma ciência’:** mulheres, médicos e a construção da maternidade científica na década de 1920. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.15, supl., p.153-171, jun. 2008.

DIAS, Antonio Conde. **Obra benemérita.** A Cruz. Rio de Janeiro, p. 4-4. 13 jul. 1952.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **“Vamos criar seu filho”:** os médicos puericultores e a pedagogia materna no século XX. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.15, n.1, p.135-154, jan.-mar. 2008.

ALVES, Ismael Gonçalves Alves. **(Re)construindo a maternidade:** as políticas públicas materno-infantis brasileiras e suas implicações na Região Carbonífera Catarinense (1920- 1960). Tese de Doutorado apresentada ao PGHIS da Universidade Federal do Paraná. 201

BARBOSA, Michele Tupich. Legião Brasileira de Assistência (LBA): o protagonismo feminino nas políticas de assistência em tempos de guerra (1942-1946). Tese de Doutorado apresentada a Universidade Federal do Paraná. 2017.

WADSWORTH, James E.. Rev. bras. Hist. [online]. 1999, vol.19, n.37, pp.103-124. ISSN 0102- Moncorvo Filho e o problema da infância: modelos institucionais e ideológicos da assistência à infância no Brasil. 0188. [http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881999000100006.](http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881999000100006)

Bonilha LR, Rivorêdo CR. Puericultura: duas concepções distintas. J Pediatr (Rio J). 2005;81:7-13.